



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

ELEMENTOS DA “ESTRUTURA SINCRÉTICA” DO SERVIÇO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO COM O TRABALHO PROFISSIONAL NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: breves apontamentos críticos

JANAINA ALBUQUERQUE DE CAMARGO ¹
CAMILLA ALVES DE AZEVEDO LIMA ²
ROSANE FRATANE DE OLIVEIRA ³
MILTON MANOEL COELHO SANT'ANA ³

RESUMO

O trabalho realiza uma reflexão preliminar sobre as tendências da “estrutura sincrética” do Serviço Social (NETTO, 1996) presentes no trabalho profissional dos/das assistentes sociais que atuam na gestão da política de assistência social na contemporaneidade. Realizamos uma pesquisa de natureza bibliográfica em livros, artigos, estudos que possuem uma interface com o arcabouço teórico crítico, e efetuamos mediações teórico-práticas com os debates oriundos do nosso grupo de pesquisa. Verificamos que os elementos do sincretismo presentes na atuação profissional imprimem desafios para a implementação da dimensão política do trabalho profissional no campo da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Palavras chave: “estrutura sincrética”; Serviço Social; gestão; assistência social.

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense

3 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

ABSTRACT

The work makes a preliminary reflection on the tendencies of the “syncretistic structure” of Social Work (NETTO, 1996) present in the professional work of social workers who work in the management of social assistance policy in contemporary times. We carried out a bibliographic research in books, articles, studies that have an interface with the critical theoretical framework, and we carried out theoretical-practical mediations with the debates arising from our research group. We found that the elements of syncretism present in professional practice pose challenges for the implementation of the political dimension of professional work in the field of management of the Unified Social Assistance System (SUAS).

Keywords: “syncretistic structure”; Social Work; management; social assistance.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo busca realizar uma análise preliminar sobre os elementos da “estrutura sincrética” do Serviço Social (NETTO, 1996), articulando tal debate com o trabalho profissional dos/das assistentes sociais na política de assistência social, com destaque ao campo da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Consideramos a política de assistência social, assim como as demais políticas sociais, articulada ao processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista (NETTO, 1996), que, a partir do movimento de luta de classes, torna o reconhecimento das expressões da questão social – oriundas da relação capital e trabalho – como demandas da classe trabalhadora a serem enfrentadas pelo Estado, no contexto do capitalismo, de modo a garantir minimamente a reprodução dos trabalhadores, para a continuidade dos processos de acumulação do capital.

É notório que a constituição das políticas sociais será diferenciada, tendo em vista a realidade conjuntural de cada país, no cenário do capitalismo mundial. No Brasil, conforme Ianni (1996), a forma como foi organizado o Estado nacional revela a manutenção de estruturas herdadas do colonialismo. Verifica-se que a “revolução burguesa” em nossa realidade ocorreu de forma periférica e dependente, pois, Fernandes (1981) salienta que não havia interesse, por parte de setores da burguesia brasileira, em consolidar no Brasil um desenvolvimento interno, como ocorria nos países de capitalismo central, mas de intensificar a incorporação dependente da economia brasileira a estes. Temos, assim, um histórico de intervenção do Estado brasileiro em prol dos interesses privados da classe dominante, o que se perpetua na realidade atual.

O espraiamento do ideário neoliberal⁴, como forma de reorganização do capital para o enfrentamento do período de crise estrutural do capitalismo nos anos 1970, com os processos de reestruturação produtiva e atuação dos Estados nacionais a favor do capital financeiro, terá repercussões diferenciadas no cenário brasileiro, em comparação com os países de capitalismo central. A partir dos anos 1990, assistimos um conjunto de contrarreformas (BEHRING, 2008) operadas pelo

4 Para maiores análises sobre o neoliberalismo, ver Harvey (2008).

Estado brasileiro, no sentido do desmonte das políticas públicas, das desregulamentações dos direitos trabalhistas, da privatização dos serviços públicos, da implantação da gestão gerencial no campo das políticas sociais, que prima pela execução de metas quantitativas e não pela qualidade dos serviços prestados à população (SCHMIDT, 2015).

A assistência social - historicamente marcada por ações assistencialistas e filantrópicas - foi alçada no campo dos direitos sociais na Constituição Federal de 1988⁵, garantida pelo Estado como política pública. Porém, tendo em vista o movimento destrutivo do capital e da ação do Estado brasileiro, promovendo o capital financeiro, a assistência social tem sofrido, em um movimento articulado às demais políticas sociais, um processo contínuo de precarizações, principalmente no contexto atual, marcado pelo “ultraneoliberalismo” (BRAVO; MATOS; MORAES, Orgs; 2020).

O cenário contemporâneo também reforça uma tendência, qual seja: em tempos de crise e aprofundamento nos processos de precarização do trabalho e pauperização da população, a política de assistência social é superdimensionada e posta como estratégia central de proteção social (MOTA, 2010), ao passo que focaliza seu atendimento nos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora, ao contrário da universalização dos direitos, pois, segundo Boschetti (2016, p.18) “(...) sua expansão, na verdade, consolida os processos de focalização do Estado social na franja mais pauperizada e expropriada da classe trabalhadora.”

Esta perspectiva operada por intermédio da política de assistência social – foco na extrema pobreza, ações pragmáticas e sem criticidade – são campo fértil para uma vinculação com a “estrutura sincrética” do Serviço Social, mencionada, a priori, por Netto (1996). Tendo em vista a crise do capital associada à crise sanitária causada pela COVID- 19, as demandas pelos serviços da assistência social crescem exponencialmente, trazendo para os assistentes sociais que atuam na gestão do SUAS complexos desafios para implementação do trabalho profissional na lógica dos direitos sociais.

5 Desde então, tem perpassado um histórico de marcos regulatórios, como a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993), Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2005), Lei 12435/2011, conhecida como Lei do SUAS, dentre outras.

A partir das considerações apresentadas, realizamos uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos, tese, os quais possuem uma interface com o arcabouço teórico crítico, bem como efetuamos as mediações teórico-práticas com os debates oriundos do nosso grupo de pesquisa⁶, o qual discute a atuação profissional de assistentes sociais na gestão do SUAS no cenário pandêmico, para refletirmos sobre os elementos contemporâneos da “estrutura sincrética” (NETTO, 1996) presentes no trabalho profissional neste campo específico de atuação.

Sendo assim, primeiramente, realizaremos uma explanação sobre as principais tendências de tal “estrutura sincrética” do Serviço Social, para, posteriormente, brevemente articularmos com o trabalho profissional de assistentes sociais que atuam na gestão da assistência social.

2. ELEMENTOS DA “ESTRUTURA SINCRÉTICA” DO SERVIÇO SOCIAL E SUA ARTICULAÇÃO COM O TRABALHO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NA GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.1. Tendências sobre a “estrutura sincrética” da profissão.

O Serviço Social, na realidade brasileira, é uma profissão que possui inserção na divisão sociotécnica do trabalho, no contexto do capitalismo monopolista, se tornando necessária para os processos de reprodução capitalista, a partir das relações entre o Estado e as classes sociais e das formas de atuação estatal frente às expressões da questão social, por intermédio das políticas sociais. (NETTO, 1996).

Nas “protoformas” da profissão, o Serviço Social se articula ao projeto societário burguês, de reprodução da lógica capitalista e de controle da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000), com fundamentos teórico-

⁶Realizamos referência ao Projeto de Pesquisa “A atuação do/da assistente social no campo da gestão do SUAS no contexto da pandemia: as requisições socioinstitucionais e atribuições profissionais em debate”, vinculado ao Núcleo de Estudos de Fundamentos do Serviço Social - NEFSS, da Escola de Serviço Social da UFF/Niterói.

metodológicos de base conservadora, tendo em vista a influência da doutrina religiosa da Igreja Católica e dos determinantes teóricos do positivismo.

Para Netto (1996, p. 88), “O *sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social*” (grifo do autor), ou seja, está presente na origem da profissão, e há “fundamentos objetivos da estrutura sincrética do Serviço Social”, a saber, “o universo problemático original que se apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção”.

Com relação às “demandas histórico-sociais” da profissão, ressalta-se a complexidade das expressões da questão social que são apresentadas aos assistentes sociais nos diferentes campos de atuação, imprimindo desafios para sua apreensão crítica, pois:

(...) a multiplicidade quase infindável das refrações da ‘questão social’ que esbatem no âmbito da intervenção profissional do Serviço Social põe problemas nos quais necessariamente se entrecruzam dimensões que não se deixam equalizar, espaçando e desbordando dos modelos formal-abstratos de intervenção. (NETTO, 1996, p. 91).

No que se refere ao “horizonte” do trabalho profissional, Netto (1996, p.92-93), salienta as dimensões do cotidiano, no sentido de articular à dimensão anterior referida, uma vez que:

(...) dentre todos os profissionais alocados à organização do cotidiano de determinados grupos sociais, o assistente social é aquele que se vê posicionado de modo tal que o aparente sincretismo da matéria sobre a qual opera (a ‘problemática’) conjuga-se à perfeição com as condições da sua operação (a intervenção profissional como reordenadora de práticas e condutas cotidianas). (NETTO, 1996, p. 92-93).

Por fim, vinculada às determinações mencionadas, Netto (1996, p. 93-94) destaca a forma particular da atuação profissional fazendo referência à “*manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado*” (grifo do autor). Nesta reflexão, o autor situa que é requerido ao profissional “um conhecimento do social capaz de mostrar-se diretamente instrumentalizável”, pois “o que a intervenção manipuladora reclama frequentemente⁷ são paradigmas explicativos aptos a permitirem um direcionamento de processos sociais tomados

⁷Conforme o livro original, a grafia está escrita freqüentemente.

segmentarmente”. Além disso, o autor reflete que “todas as linhas de análise lógico e formal-abstratas e todos os procedimentos técnicos se legitimam na consecução do exercício manipulador.”

Com o processo histórico de construção da profissão, verificamos, a partir do movimento de reconceituação (NETTO, 1991), por intermédio de uma das direções de tal processo, denominada de “intenção de ruptura”, a busca pelo rompimento com o histórico conservadorismo que marca a profissão. O atual projeto ético-político do Serviço Social, vinculado a esta direção de ruptura que surge na década de 1970 e passa por processos de maturação teórico-política nas décadas posteriores, possui uma fundamentação teórica ancorada na teoria social crítica e se compromete com as lutas do conjunto da classe trabalhadora, numa perspectiva contra-hegemônica à lógica destrutiva do capitalismo. Justamente por isso, há complexos desafios para a direção social de tal projeto se firmar nos diferentes campos de atuação profissional, tendo em vista o cenário de desmonte das políticas sociais, a precarização das condições de trabalho da população atendida e dos próprios assistentes sociais e a investida conservadora dos últimos anos.

Na conjuntura brasileira, o conservadorismo apresenta-se como um tema bastante recorrente no cotidiano da vida social, principalmente no atual Governo, no qual verificamos um forte viés religioso e a moralização da questão social. Souza (2015) aponta que o pensamento conservador realiza um giro sobre seu próprio eixo, vai mudando, reformulando e amplia, adaptando-se de acordo com as transformações no processo histórico. Sendo assim, “(...) atualmente, conservadorismo não significa oposição a qualquer tipo de mudança, mas a determinados tipos específicos de mudança, a saber, aquelas que possam ser desencadeadas pelas classes dominadas.”(SOUZA 2015, p.11).

Retomando as análises realizadas por Netto (1996) a respeito da “estrutura sincrética” do Serviço Social, Maranhão (2016) vai apontar os principais desafios que a profissão enfrenta, seja na academia, seja no exercício profissional, para superar “(...) práticas baseadas no pragmatismo empírico, no subjetivismo idealista ou no irracionalismo eclético” (MARANHÃO, 2016, p.166), ainda presentes nos espaços socioprofissionais em que se inserem os assistentes sociais na

contemporaneidade.

O autor identifica três fontes principais que se colocam como obstáculos para que o Serviço Social rompa com o lastro conservador na profissão sendo elas: (i) o “caráter inerentemente sincrético da profissão”; (ii) o “processo histórico de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista”; (iii) a “ampliação das características manipulatórias do capitalismo maduro e a correlação de forças das lutas de classes na atualidade”. (MARANHÃO, 2016, p.167). O autor ressalta que:

[...] a dinâmica atual do capitalismo somada às características sincréticas da profissão de Serviço Social e a atual correlação de forças políticas entre as classes sociais constituem terreno fértil para uma reação conservadora na profissão, exigindo reflexões acerca da reafirmação dos pressupostos teóricos críticos-ontológicos da tradição marxista. (MARANHÃO, 2016, p.168).

Refletir sobre a atualidade das características sincréticas no Serviço Social se faz necessário dada a atual conjuntura em que temos a reatualização de discursos tais como a teoria social marxista não instrumentaliza para a prática e de que, “na prática, a teoria é outra” (SANTOS, 2010), além da centralidade que se tem atribuído à dimensão técnico-operativa para responder às demandas imediatas do cotidiano profissional.

Partindo da análise da “estrutura sincrética” no Serviço Social formulada por Netto (1996), Maranhão vai refletir sobre as três determinações que dão base a esta estrutura:

[..] 1) o universo problemático original que se lhe apresentou como eixo de demandas histórico-sociais (a ‘*questão social*’); 2) o horizonte do seu exercício profissional (*os limites da prática profissional cotidiana nas instituições*); 3) a modalidade específica de intervenção (*a forma como os profissionais atuam no desenvolvimento de suas ações*). (grifos do autor) (MARANHÃO, 2016, p.170).

No que se refere à “questão social”, o autor sinaliza que se tornou comum, no interior da profissão, apontar esta como o “eixo original das demandas histórico-sociais” (MARANHÃO, 2016, p. 170) para o Serviço Social, contudo, ressalta que Netto (1996) já chamava a atenção para a escassez de debate profissional realizado em relação à natureza difusa da ‘questão social’.

Com a entrada do capitalismo em seu estágio imperialista, o que verificamos

é o crescimento exponencial das expressões da questão social, o que vai gerar uma multiplicidade de demandas cotidianas para intervenção dos assistentes sociais. Estes profissionais irão intervir sobre os “recortes” que são realizados sobre a vida social (NETTO, 1996), que passam pela mediação do Estado, das políticas sociais, dos processos sociais e que, segundo Maranhão (2016, p. 171), “(...) os modelos formal-abstratos que tradicionalmente são usados nos espaços profissionais para manipular estatísticas e quadros conjunturais diversos [...] mostram-se incapazes de apreender o gigantesco sistema de mediações”.

Sobre o cotidiano, apresentado enquanto o horizonte do exercício profissional dos assistentes sociais, Maranhão salienta que:

(...) a forma aparentemente fluida e fragmentada das refrações da ‘questão social’, sob as quais o assistente social atua, somam-se perfeitamente com a sua prática profissional de reordenar, planejar ou manipular aspectos pontuais do cotidiano de grupos sociais. Cria-se, portanto, um terreno fértil para as práticas pragmáticas e burocráticas que visam apenas reproduzir o ambiente institucional. (MARANHÃO, 2016, p. 174).

Compreendemos que, apesar de a intervenção de assistentes sociais na realidade social não ser uma atividade exclusiva desta profissão, o que particulariza o Serviço Social são as condições em que esta profissão é inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo reservado para o seu exercício profissional “(...) uma espécie de *tecnologia de organização do cotidiano* das populações atingidas pelas refrações da ‘questão social’” (grifo do autor) (MARANHÃO, 2016, p. 174).

A maneira como os profissionais atuam no desenvolvimento de suas ações – organização de variáveis empíricas (MARANHÃO, 2016, p. 176) – pode ser percebida nos mais variados espaços socioinstitucionais onde os assistentes sociais estão inseridos. A diversidade de expressões da questão social que chega para estes profissionais intervirem tensionam a atuação, para que sejam dadas respostas imediatas, sem a realização de mediações teóricas mais críticas para o conhecimento das diversas determinações sociais, atendendo, assim, as metas colocadas pelas instituições. Ou seja, “(...) o profissional de Serviço Social deve responder quase que mecanicamente aos múltiplos problemas que chegam a todo momento no local de trabalho” (MARANHÃO, 2016, p. 176).

Quanto às implicações dos desdobramentos das características do sincretismo na profissão, o autor aponta para a “práxis burocrática das instituições” em que procedimentos práticos são formalizados e transformados em “regras” formais de atendimento e intervenção profissional” (MARANHÃO, 2016, p. 178), limitando, assim, o processo de investigação profissional sobre a realidade que permita a apreensão das múltiplas determinações de um fenômeno, logo da totalidade concreta.

Outra implicação que Maranhão (2016, p.179) sinaliza é a reprodução intelectual do sincretismo profissional que caminha junto com o “ecletismo e o pragmatismo teórico”. No que diz respeito à tentativa de superação da “estrutura sincrética” no interior da profissão, o autor vai localizar a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista como o ponto de partida para a ruptura com o conservadorismo e com as implicações deste sincretismo profissional.

O processo de ruptura com o Serviço Social tradicional, a tomada de posição política da profissão e o acúmulo acadêmico vinculado à teoria social crítica proporcionaram uma cultura profissional renovada e uma direção social estratégica para a profissão. Contudo, Sousa (2019, p. 237) é provocativa quando coloca a seguinte problematização, que considera central para o debate ideopolítico da profissão hoje: “qual a relação da massa de profissionais com o referencial crítico dialético, sem o qual a suspensão das determinações do sincretismo é impensável e que na sua ausência abre a via para a reposição do conservadorismo?”.

Maranhão (2016, p.195) também aponta para “(...) o insulamento da tradição marxista na academia e a reprodução do sincretismo nos espaços profissionais” (2016, p.195) e infere que:

O que vem se confirmando na dinâmica histórica do Serviço Social brasileiro é que, apesar da ampliação e do aprofundamento nos espaços acadêmicos dos estudos referentes à tradição marxista, o que ocorre nos espaços profissionais é que estes desenvolvem, pouco e fragilmente, estratégias de atuação que visam à sistematização crítica de sua prática profissional. Essa característica tem impossibilitado a suspensão, mesmo que temporária, dos elementos sincréticos da profissão e, por consequência, também cria largos caminhos para a reposição contínua do conservadorismo e do imediatismo presentes em amplos setores profissionais. (MARANHÃO, 2016, p. 196)

O autor indica algumas análises para explicar esse paradoxo entre o avanço

da tradição marxista nos espaços acadêmicos e a não apropriação deste referencial por parte da massa de profissionais que atuam nos diversos espaços ocupacionais, ou como costumamos dizer, que atuam “na ponta”, e elenca: i) a atual conjuntura política e a correlação de forças que desmobilizou a intervenção política dos trabalhadores, com rebatimentos na própria organização política da categoria - dado que pode ser percebido pela pouca ou nula participação de assistentes sociais em espaços de organização política; ii) distanciamento entre os problemas teóricos colocados pela academia e o que é concretamente realizado no exercício profissional dos assistentes sociais; iii) a ampliação da “cultura do imediato” - lógica cultural pós-moderna (MARANHÃO, 2016, p. 195-196).

2.2. Breves reflexões sobre as tendências da “estrutura sincrética” na atuação de assistentes sociais na gestão da política de assistência social

Assistentes sociais inserem-se em diferentes espaços ocupacionais e, para além do âmbito da execução das políticas sociais, estes profissionais têm sido requisitados para atuarem na esfera da formulação e gestão das mesmas, no campo da assessoria, planejamento, monitoramento e avaliação (RAICHELIS, 2010), o que requer novas habilidades e competências destes profissionais, a partir da direção social do nosso projeto ético-político.

Neste sentido, na política de assistência social, tendo em vista a estrutura do SUAS, os/as assistentes sociais têm atuado nos espaços de gestão como Coordenadores da Proteção Social Básica, Coordenadores da Proteção Social Especial, Coordenadores dos equipamentos, como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), entre outros locais.

Ressaltamos que a existência das expressões da questão social é indissociável da dinâmica específica do capital (NETTO, 2001) e não pode ser tomada como um fenômeno isolado. No entanto, concordamos com Souza (2016, p.122), quando aponta que “(...) os processos de formalização operativa nas

políticas sociais setoriais [...] segmentam e abstraem a raiz problemática da ‘questão social’”. Sendo assim, cabe o seguinte questionamento: qual compreensão e análise os/as assistentes sociais que atuam na política de assistência social, em específico no campo da gestão, têm realizado sobre a questão social?

A abstração dos determinantes estruturais da “questão social” é perceptível no conjunto de normatizações da política social em questão, das quais destacamos a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), que não se utiliza da categoria questão social e nem de classes sociais, pois sinaliza “(...) os determinantes estruturais da sociedade capitalista expressos como situações de risco e de vulnerabilidade social” (SCHMIDT, 2018, p.9). A percepção crítica das expressões da questão social acaba, assim, por ser escamoteada, e, tendo em vista o expressivo contingente de demandas e atendimentos direcionados aos assistentes sociais, há a dificuldade de problematização de tais aspectos no cotidiano profissional.

Além disso, a ausência de um entendimento crítico sobre a questão social acaba por reforçar “(...) um determinado direcionamento político para a intervenção na área, pois se privilegiam ações que objetivam elevar a capacidade das famílias, o fortalecimento de vínculos (...)” (SCHMIDT, 2018, p.9), em uma perspectiva de atendimentos individualizados e focalizados no combate à pobreza, perdendo-se a dimensão política do trabalho profissional na política de assistência social.

Não é incomum percebermos na fala, sobretudo de gestores e de profissionais atuantes no SUAS, a redução da categoria “questão social” à pobreza e extrema pobreza, para o enfrentamento da “vulnerabilidade” e “risco/exclusão social” numa dimensão individual, conceitos que não dialogam com a teoria social crítica e colocam sobre o indivíduo e à família (em muitos casos com o protagonismo feminino) a responsabilidade pela superação de sua condição. Este obscurecimento a respeito da categoria questão social confere substância a um dos elementos da “estrutura sincrética” no Serviço Social.

A precarização do Serviço Social no âmbito da política de assistência social, na contemporaneidade, tem tensionado esta profissão a validar seu trabalho profissional pelo o quanto de resposta quantitativa e não qualitativa ela confere às

demandas institucionais. É possível perceber a tendência de validação desta profissão por meio da supervalorização da dimensão técnico-operativa, sem articulação com as demais dimensões teórico-metodológica e ético-política, logo, descolada do método marxista de análise da realidade social. Souza (2016, p. 120) indica a “manipulação de variáveis empíricas” como sendo um dos principais elementos do sincretismo na profissão e aponta que “Essa manipulação tem sido cada vez mais requerida na atual quadra histórica de agenda regressiva do Estado burguês, produzindo exigências de mensuração e apresentação quantificada de resultados”.

Na gestão dos CRAS é possível identificar a “práxis burocrática” mencionada por Maranhão (2016) dado os inúmeros manuais operacionais do SUAS que definem como o atendimento deverá ser realizado, quais objetivos deverá alcançar e de que forma será mensurado o alcance destes objetivos. Merecem destaque o Cadastro Único para Programas Sociais, o Sistema de Benefícios aos Cidadãos (SIBEC) e o Sistema de Condicionalidades (SICON), todos sistemas com formas de intervenção profissional padronizados no âmbito do benefício de transferência de renda do Programa Auxílio Brasil. Assim, o trabalho profissional concentra-se na alimentação de sistemas informatizados, na organização de atendimentos individualizados, na operacionalização dos cadastros e do acompanhamento familiar, reforçando a dimensão burocratizada no exercício profissional.

A lógica da gestão gerencial das políticas sociais tem atravessado o exercício profissional dos/das assistentes sociais que atuam na gestão da política de assistência social que são cada vez mais cobrados para o cumprimento de metas quantitativas de atendimento. Nesta linha de raciocínio, segundo Guerra (2016) o modelo de Estado gerencial tem exigido novas atribuições para o exercício profissional de assistentes sociais no âmbito deste formato de políticas sociais:

(...) cujo objetivo é a gestão dos “riscos sociais”, utilizando-se da assistência social para exercer controle sobre os pobres e suas demandas, ainda que de maneira indireta, formatando-as dentro do modelo da política e oferecendo respostas padronizadas. Esse modelo exige da profissão uma intervenção essencialmente procedimental pela via da normatização, segundo um modelo de atendimento racionalista formal-abstrato. (GUERRA, 2016, p. 99).

Em tal contexto, tem sido cada vez mais difícil para os/as assistentes sociais

que atuam na gestão da política de assistência realizar um planejamento de ações que contemplem a perspectiva mais coletiva e democrática de trabalho no SUAS, como a articulação com os movimentos sociais, a realização dos serviços socioassistenciais numa dimensão de socialização das informações sobre os direitos sociais, o incentivo a participação da população usuária nos espaços de controle social democrático. Ao contrário, observamos a seguinte realidade:

(...) o exercício profissional sincrético opera por meio da formalização e reiteração de procedimentos; do atendimento imediato de demandas difusas; práticas que estabelecem prioridades a partir de inferências teóricas segmentadas ou necessidades burocrático-administrativas e políticas (...) (SOUZA, 2016, p. 137).

Embora o Serviço Social tenha rompido com as suas bases tradicionais, o conservadorismo não foi eliminado do interior da profissão e Maranhão (2016, p.203) acrescenta que “(...) o sincretismo é ontologicamente conectado à prática profissional e sempre se recolocará como obstáculo a ser suspenso pela análise concreta dos múltiplos fenômenos presentes na realidade profissional” (MARANHÃO, 2016, p. 203). A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista permite que seja realizada esta análise, pois parte de uma realidade concreta. Para Marx, o nosso ponto de partida e de chegada é a realidade: partindo do real fenomênico, passa-se ao processo de abstração onde as mediações vão nos ajudar a entender e interligar as múltiplas determinações e contradições, para, posteriormente, retornarmos ao concreto, mas como um concreto pensado (NETTO, 2009).

Mas existem determinações e mediações que estão postas e que não podemos desconsiderar quando da análise dos reflexos da “estrutura sincrética” na profissão. Uma delas diz respeito à precarização das relações de trabalho, realidade muito presente no cotidiano de assistentes sociais que atuam na política de assistência social. Esta que incide frontalmente sobre o exercício profissional e sobre as direções teórico-metodológica e, principalmente, ético-política das ações nos espaços ocupacionais, “(...) gerando dificuldades e constrangimentos para o trabalho social e para a luta coletiva” (RAICHELIS, 2011, p. 432). Deste modo, verificamos:

Assistentes sociais como trabalhadores(as) assalariados(as), que nessa condição não dispõem de autonomia e pleno controle dos meios de trabalho, são afetados(as) pela insegurança do emprego, precárias e flexíveis formas de contratação com redução ou ausência de benefícios e direitos trabalhistas, intensificação do trabalho e das formas de controle, baixos salários, pressão pela produtividade e cumprimento de metas e resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, de políticas continuadas de capacitação profissional, entre outros. (RAICHELIS, 2019, p.72).

No processo de enfrentamento das contradições do capital expressas no cotidiano do trabalho profissional, ressaltamos, segundo Souza (2016), que os avanços obtidos a partir da aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista forneceram (e fornecem):

(...) aos assistentes sociais recursos teórico-metodológicos para uma atuação que, ainda inscrita no circuito da reprodução do sincretismo, pudesse explorar os espaços sócio-ocupacionais como campos de contradição, com clareza do seu raio de ação e na perspectiva da ampliação de suas possibilidades - sobretudo da defesa tática dos direitos e demandas do trabalho (tomado como antagonista estrutural do capital). Esse é o esforço do chamado 'projeto ético-político'. (SOUZA, 2016, p. 140).

Concordamos com Maranhão (2016, p.202-203) quando o autor afirma que a aproximação entre a academia e os espaços profissionais, e o fortalecimento contínuo desta articulação poderá proporcionar condições que viabilizem a suspensão deste cotidiano reificado do exercício profissional, possibilitando, assim, a construção de alternativas críticas de intervenção por parte dos/das assistentes sociais sobre as múltiplas expressões da questão social, da mesma forma que poderá redundar em temáticas de investigação e de pesquisa por parte da academia que favoreçam a construção destas propostas de atuação, na direção do nosso projeto ético-político.

3. CONCLUSÃO

Pautados pelo processo de reflexões sobre os elementos da “estrutura sincrética” do Serviço Social no trabalho do/da assistente social, por intermédio da articulação com a atuação profissional na gestão da política de assistência social, consideramos a atualidade e importância de tal temática, tendo em vista os

complexos desafios que o atual contexto destrutivo do capital impõe ao enfrentamento das expressões da questão social no campo das políticas sociais, espaço privilegiado de intervenção dos/das assistentes sociais.

Consideramos que, embora permaneçam algumas tendências do sincretismo no trabalho profissional na contemporaneidade, destacamos a possibilidade de uma atuação crítica no campo da gestão do SUAS, por parte dos/das assistentes sociais, com a direção social do projeto ético-político da profissão, a partir da construção de ações que confrontam com a lógica do capital, e apontem para um conjunto de valores, no sentido de contribuir não só para a viabilização do acesso da população atendida aos direitos sociais e às demais políticas sociais, mas, também, para imprimir intervenções que favoreçam o processo de gestão democrática em tais espaços, como a organização política dos sujeitos sociais a partir de uma posição crítica, para participação em canais democráticos instituídos, como os conselhos de assistência social.

A partir da leitura de Almeida (1997), salientamos que um importante componente a ser inserido no cotidiano do trabalho do/da assistente social é a sistematização da prática, que não significa apenas a geração de dados, mas a produção intelectual de análise sobre os mesmos. Desta forma, este processo pode reorientar a nossa ação, na qual o/a profissional vai imprimir a sua direção política, ética e teórica e, desta forma, demarcar o trabalho do Serviço Social e sua equipe, comprometido com a reflexão crítica.

A postura investigativa dos/das assistentes sociais é necessária para desvelar as muitas armadilhas do cotidiano de atuação, um processo fundamental para compreender o real com seu processo histórico de forma dialética, em sua totalidade. A articulação do espaço acadêmico com os diversos campos de atuação profissional tem um potencial efetivo de aprendizado e de amadurecimento teórico-prático, de forma a alimentar as análises críticas para desnudar, compreender e enfrentar os elementos “sincréticos” do Serviço Social na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. Retomando a temática da sistematização da Prática. **Em Pauta**, nº10 . Rio de Janeiro: UERJ, Julho de 1997. p. 87-95.

BOSCHETTI, I. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (texto promulgado em 05 de outubro de 1988). Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Lei No 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Brasília/DF, 1993.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.435**, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)**. Resolução CNAS n. 130, de 15 de julho de 2005. Brasília, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília/DF, novembro de 2005.

BRAVO, M. I. S; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GUERRA. Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (Org.). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016, p. 83-110.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

IAMAMOTO. M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e o Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 13ª edição, 2000.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, A. E. ; AMARAL, A. (Orgs). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4a ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: 2ª edição, Cortez, 1996.

_____. Cinco Notas a propósito da "Questão Social". ABEPSS. In: **Revista Temporalis** nº 3, Brasília: ABEPSS. 2001.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: CFESS. **Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

RAICHELIS, R. Intervenção Profissional do Assistente Social e as Condições de Trabalho no SUAS. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 104, p. 750-772, out./dez.2010.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 107, p. 420-437, jul./set.2011.

_____. O Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético político. In: YAZBEK, M. C. e IAMAMOTO, M. V. (Org.). **Serviço Social na História**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019, p. 62-85.

SANTOS, C. M. dos S. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

SCHMIDT, J. A. C. A gestão pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Niterói/RJ: os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no foco crítico. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Reflexões sobre as bases conceituais do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. UFES: Vitória – ES, 2018.

SOUSA, A. A. S. de. Aproximações à Concepção de Serviço Social de José Paulo Netto. In: SOUSA, A. A. S. de.; e RODRIGUES, M. (Orgs). **O Marxismo impenitente de José Paulo Netto**. Outras expressões: São Paulo, 2019. p. 209-239.

SOUZA, J. M. A. de. O CONSERVADORISMO MODERNO: esboço para uma aproximação. **Serviço Social e Sociedade**, nº 122, edição de abril/2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf> Acesso em 26 de Agosto de 2022. p.1-22.

_____. O sincretismo no Serviço Social: Uma abordagem ontológica. In: MOTA, A. E. ; AMARAL, A. (Orgs). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 113-144.

,

,